

Marine Spatial Planning fundamentals: worldwide status, trends and best practices

IVANA LUKIC



Lukic, I. 2020. Marine Spatial Planning fundamentals: worldwide status, trends and best practices. Ocean Governance in Archipelagic Regions. International Conference 2019, 7-10 October 2019, Horta, Azores, Portugal. *Arquipelago*. Life and Marine Sciences. Supplement 11.

Ivana Lukic¹ (e-mail: il@sustainable-projects.eu). ¹s.Pro-sustainable projects GmbH, Karntener Str. 20, 10827 Berlin, Germany.

Maritime spatial planning (MSP) has been recognised as a tool that can minimise conflicts in the marine environment and set the scene for the sea as a development area and source of national competitiveness, while at the same time safeguarding the environment (Lukic et al. 2018). In the EU, all 23 coastal Member States are required to have maritime spatial plans in place by 2021. Many of them have already completed their plans, or are at their 3rd and 4th cycle of planning, such as Belgium and the Netherlands, respectively. As more plans are getting published, their monitoring, evaluation and adaptation is becoming a relevant topic.

MSP in the islands has been drawing particular attention in the recent years, the most prominent of them perhaps being the case of Seychelles. These Islands are popular travel destinations while island communities often exhibit a strong feeling of local ownership, maritime culture and heritage, land and sea interactions, and high dependence on the sea. They are also characterized by high emigration, vulnerable economies, with strong dependence on shipping, and vulnerability to climate change (Greenhill 2018). This provides opportunities for a more intensive stakeholder involvement and a good base for co-ownership and co-management solutions. Moreover, in such contexts, effects of planning may be felt relatively rapidly.

Islands are also very different with regard to the economies they represent, their natural and social characteristics. Thus, there is not one universal approach to planning for the islands, but rather each one requires a tailored planning approach. Islands with maritime spatial plans in place may also be perfect candidates for showcasing the plan monitoring and evaluation, as impacts of planning may faster become apparent and provide valuable lessons learnt across the EU Member States.

Key words: Maritime Spatial Planning; monitoring and evaluation; land-sea interactions; socio-economic impacts; climate change

Fundamentos do ordenamento do Espaço Marítimo: estado mundial, tendências e boas práticas

O Ordenamento do Espaço Marítimo (OEM) foi reconhecido como uma ferramenta que pode minimizar conflitos no ambiente marinho e definir um cenário para o mar, encarado como uma área de desenvolvimento e fonte de competitividade nacional, ao mesmo tempo que protege o meio ambiente (Lukic et al. 2018). Na UE, todos os 23 Estados-Membros costeiros devem ter planos de ordenamento espacial marítimo até 2021. Muitos deles já concluíram os seus planos de ordenamento ou estão no terceiro e quarto ciclo, como a Bélgica e a Holanda, respetivamente. À medida que mais planos são publicados a sua monitorização, avaliação e adaptação estão a tornar-se um tópico relevante.

O OEM nas ilhas tem tido particular atenção nos últimos anos, sendo provavelmente o mais proeminente deles o caso das Seychelles. As ilhas são um destino turístico popular, contudo as comunidades locais exibem um forte sentimento de posse, cultura e património marítimos, interações terrestres e marítimas e grande dependência do mar. Os ilhéus são também caracterizados por alta emigração, economias vulneráveis com forte dependência do transporte marítimo e vulnerabilidade às alterações climáticas (Greenhill 2018). Estas características oferecem oportunidades para um envolvimento mais intenso das partes interessadas e uma boa base para soluções de co-propriedade e co-gestão. Além disso, em tais contextos, os efeitos do ordenamento podem ser sentidos com relativa rapidez.

As ilhas são também muito diferentes no que diz respeito aos aspetos económicos, suas características naturais e sociais. Assim, não existe uma abordagem universal para o ordenamento nas ilhas, mas cada uma exige uma abordagem personalizada. As ilhas com planos espaciais marítimos em vigor também podem ser candidatas perfeitas para mostrar como pode funcionar a monitorização e avaliação do plano de ordenamento, já que os seus impactos se podem tornar mais aparentes e fornecer lições valiosas aos outros Estados-Membros.

Palavras chave: Ordenamento do espaço marítimo; monitorização e avaliação; interações terra-mar; impactos socioeconómicos; alterações climáticas

REFERENCES

- Greenhill, L. 2018. Workshop Report Maritime Spatial Planning for Islands Las Palmas de Gran Canaria, Spain 1 November 2018.
- Lukic, I., D. Nigohosyan, J.M. de Vet, M. Pascual, J. Fernandez and A. Schultz-Zehden 2018. *Maritime Spatial Planning (MSP) for blue growth*. Final technical study. European Commission, Brussels. 311 pp.